

aconteceu no mundo *evangélico*

número 67 junho de 1988 ano VII

Biblioteca - Koinonia
(X) Cadastrado
(X) Processado

Carlos Alberto Ricardo



**Constituinte
aprova cinco
anos para
Presidente
Sarney**

**Vitória dos
povos indígenas
na Constituinte**

**Deputado
evangélico, autor
da emenda de
cinco anos para
Sarney, recebe
críticas da Igreja**

200
1988

IGREJA LUTERANA INTERCEDE PELOS APOSENTADOS

A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), em carta dirigida ao deputado Ulysses Guimarães, solicita providências à Assembléia Nacional Constituinte "para coibir, por dispositivo constitucional, a discriminação de que o aposentado é vítima, estabelecendo limites tanto máximos quanto mínimos dos benefícios, bem como reajuste de acordo com a inflação". Na carta, também remetida a outros constituintes, o pastor presidente da IECLB, Gottfried Brakemeier, afirma que somente uma parcela irrisória da arrecadação previdenciária reverte em benefício dos aposentados. "O baixo nível dos benefícios força o aposentado a buscar o reemprego, diminuindo ainda mais o já restrito número de lugares de trabalho disponível no país", argumenta Brakemeier. Lembra que a aposentadoria, mediante reajuste muito aquém dos índices inflacionários, é reduzida a patamares que privam o aposentado de seus legítimos direitos, impondo-lhe condições de vida indignas. "O aposentado, através da injusta redução de seus proventos, é atingido em sua dignidade humana, sendo-lhe atestada a qualidade de refugio da sociedade", assinala o pastor presidente (Informação IECLB, maio/88).

TEOLOGIA A PARTIR DA PERSPECTIVA DA MULHER

Cerca de 60 mulheres leigas e clérigas das Igrejas Católica, Luterana (IECLB), Episcopal, Presbiteriana e Metodista de diversas regiões do país participaram no período de 1º a 5 de junho no Colégio Assumpção, Rio de Janeiro, do III Encontro Nacional sobre Mulher, Terra e Teologia. Esse evento sucedeu a dois outros realizados em outras regiões e teve como objetivo principal buscar a reflexão teológica à luz da caminhada prática de todas as mulheres que são líderes de comunidades, agentes de pastoral da terra, assessoras de movimento de sem-terra e teólogas que têm em comum a fé e a vontade de relacioná-la à sua militância. No encontro, considerado um grande mutirão de teologia, foram ressaltados vários pontos, entre os quais: as relações igualitárias homem e mulher (relato da criação); a imagem da terra-mãe; a construção de uma imagem comunitária de Deus; a espiritualidade do conflito; as questões políticas e de poder; e forças de resistência. Ao final do encontro, foram elaborados três textos à luz das reflexões, que serão publicados posteriormente.

Vitória dos povos indígenas na Constituinte

Os povos indígenas obtiveram uma importante vitória na Constituinte, embora aquém das pretensões inicialmente aceitas pela Subcomissão de Minorias: foram-lhes reconhecidos os direitos originários sobre suas terras, direito ao usufruto exclusivo de suas riquezas naturais, capacidade jurídica e condições especiais de proteção contra uma remoção forçada, contra a exploração do subsolo de suas terras ou de recursos hídricos. O capítulo referente aos índios foi aprovado com 497 votos a favor, 5

contra e 10 abstenções. Apesar da presença ativa de um poderoso lobby anti-indígena a que se aliaram interesses das empresas mineradoras privadas, da UDR, do Conselho de Segurança Nacional, apoiados em um "bloco amazônico" composto por parlamentares de Roraima, Pará, Rondônia, e Amazonas, a aprovação representou um passo importante para garantir os direitos fundamentais dos povos indígenas no Brasil. (ver Última Página)

O que foi aprovado

Título VIII Da Ordem Social Capítulo VIII

Dos Índios

Art. 268 — São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Parágrafo Único — O aproveitamento dos recursos hídricos, inclusive dos potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

Art. 269 — As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são destinadas à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, fluviais e lacustres nelas existentes.

Parágrafo 1º — São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, incluídas aquelas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem estar, e as áreas necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Parágrafo 2º — As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas são imprescritíveis.

Parágrafo 3º — Fica vedada a remoção dos grupos indígenas das terras que tradicionalmente ocupam, salvo "ad referendum" do Congresso Nacional, nos casos de catástrofe ou de epidemias que ponham em risco sua população e nos casos de interesse da soberania nacional, após deliberação do Congresso Nacional, garantindo, em qualquer caso, o retorno imediato tão logo cesse o risco.

Parágrafo 4º — São nulos e extintos, e não produzirão efeitos jurídicos os atos que tenham por objetivo a ocupação, o domínio e a posse das terras de que trata o parágrafo primeiro deste artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, fluviais e lacustres nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar. A nulidade e extinção de que trata este parágrafo não dão direito de ação ou indenização contra a União, salvo quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé, na forma da lei.

Parágrafo 5º — Não se aplica nas terras indígenas, o disposto no Parágrafo 3º do art. 203.

Art. 270 — Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa dos seus interesses e direitos, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

“CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL” INAUGURA ESCRITÓRIO EM GOIÂNIA

A “Confederação Evangélica do Brasil” inaugurou em Goiânia, GO, o escritório regional da entidade. O responsável pela implantação no Estado foi o deputado constituinte, Antônio de Jesus, que, entre outras responsabilidades, definiu o local onde a organização seria instalada. Esteve presente o deputado constituinte, Gidel Dantas, presidente nacional da “Confederação”, que representou os demais companheiros da diretoria. Compareceram, também, líderes de diversas igrejas evangélicas, entre elas Ariosto Santos, Presbiteriana Independente; Clarismundo César, da Assembléia de Deus de Anápolis; Oídes José do Carmo, representando o pastor Albino Boaventura, presidente da Junta Conciliadora da Convenção de Goiás, Amador Carlos dos Santos, setor Pedro Ludovico, e Jorge Branco de Gouveia, setor Vila Nova. A “Confederação Evangélica no Brasil” tem como meta implantar 27 escritórios regionais, dos quais 15 já estão inaugurados (Mensagem da Paz, junho/88).

COMITÊ ECUMÊNICO PRONUNCIA-SE SOBRE SITUAÇÃO NO PANAMÁ

“Preocupados com a difícil situação pela qual atravessa o povo panamenho, produto de lutas internas e de intervenção estrangeira e especialmente com o desamparo de amplos setores da população, que sofrem as conseqüências da crise, os membros do Comitê Ecumênico do Panamá querem fazer ouvir seu apelo neste momento difícil para a República, a fim de transmitir um elemento de esperança, que é sinal da nossa fé”. Este trecho faz parte do comunicado distribuído pelo Comitê Ecumênico do Panamá à opinião pública, em que se manifesta sobre a situação daquele país. “Temos esperança de que os grandes valores do nosso povo, tais como a soberania, o direito a construir um país que responda a seus interesses sem opressões internas ou externas, o respeito aos direitos humanos e a uma reta administração da justiça, o uso honesto do patrimônio, formem parte da reconstrução integral do país, afirma a mensagem”. E conclui considerando que “Deus está oferecendo uma oportunidade para que o povo panamenho se aglutine em torno de um projeto nacional próprio”. O documento foi assinado por diversos líderes das Igrejas Batista Calvário, Metodista do Caribe, Episcopal, Luterana, Evangélica Metodista e Católica Romana (RAPIDAS, maio/88).

Constituinte aprova cinco anos para Presidente Sarney

A novela do mandato do presidente José Sarney terminou três anos, dois meses e dezessete dias depois da tumultuada posse a 15 de março de 1985. O Congresso Constituinte aprovou dia 2 de junho os cinco anos, com 328 votos a favor, 222 contra, 3 abstenções e 5 ausências. Encerrou-se também o ciclo das diretórias já aberto em 83 e que conteve a maior campanha popular da história recente do país. Quando o resultado foi proclamado houve um anticlímax no plenário. Uma faixa que trazia os dizeres “5 anos = traição ao povo” foi estendida bem abaixo da mesa diretora dos trabalhos. Paulo Afonso, secretário-geral da Câmara, teve que se empenhar pessoalmente para arrancar e rasgar a faixa. Entre os vitoriosos não havia euforia, mas sim, alívio. Entre os derrotados, melancolia.

“Jerusalém! que matas os profetas e apedrejas os que te são enviados, quantas vezes quis reunir os teus filhos...” (Mt 23.27). Ocorre-me este lamento do Cristo sobre uma cidade que não conheceu o dia de sua visita, de sua grande chance. Parece que dar quatro, cinco ou seis anos ao atual presidente era uma questão de ponto de vista, de opinião. Parece que os 328 tinham o direito de fazê-lo, que era uma simples questão de “eu acho”. Não, não era assim. Até poderia ser se se tratasse de um mandato dado pelo povo. Mas não era. Muito ao contrário, os profetas do povo tinham estado pelas ruas e praças deste País, de norte a sul e gritaram: “Diretas, já!”. Nenhum gritou “Diretas, não!” e, se gritou, nem houve eco. Mais ainda, nenhum desses 328 teve caráter, dignidade ou lealdade para, durante a campanha que os escolheu, dizerem que

optavam pela permanência de um homem imposto à Nação. Ainda mais, vinha-se de um longo período de urnas lacradas, de voz popular silenciada, de vontade popular cassada. O momento era este para, com uma nova Carta Magna, ter-se um novo mandatário escolhido legitimamente pelo voto democrático.

Profetas assassinados, apóstolos apedrejados. A grande ofensa ao povo foi consumada. O voto direto já era a grande força que reunia as massas. Era a grande chance de essas massas até esquecerem as décadas de opressão, assalto, infâmia e irem às urnas mesmo para dizerem que alguns dos responsáveis pela matança bi-decenal seriam aceitáveis, poderiam governá-lo a ele, o povo. Por isso, não era uma questão de “eu acho” que alguns representantes do povo (desculpem: representantes de si próprios) usaram ao voto pelos cinco anos. A questão que se punha era: “o que o povo acha”.

A notícia diz que 328 não sentiram euforia, mas alívio e que 222 sentiram melancolia — a melancolia de mais de cem milhões. Alegaram-se diversas “razões” para tal voto, mas o que se ofereceu foi uma banca de favores — corrupção. Quando os que deveriam representar o povo não o fazem, o que há é corrupção que produz traição.

A lamentação do Mestre termina ameaçadora: “Eis que a vossa casa vos ficará abandonada.” A atitude dos que, em 64, roubaram o mandato legítimo de um governante e fizeram o que fizeram parecer ser menos indigna do que a atitude dos que agora roubaram o mandato que milhões desejavam conferir a alguém que não é o que está aí. Melancolicamente o Brasil fica que nem essa casa abandonada depois do assassinio de milhões de profetas.

A FÉ NA HISTÓRIA

Foi lançado no dia 5 de maio, na Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), São Paulo, o livro “A Fé como Ação da História”, tese de doutoramento de Ely Eser de Barreto César, vice-reitor acadêmico da Unimep. O livro é uma co-edição da Editora Unimep com Edições Paulinas. Numa perspectiva ecumênica, o livro “procura lançar novos fundamentos de releitura bíblica, necessários ao momento atual das comunidades eclesiais brasileiras, no contexto econômico, social e político da América Latina”, como destaca o editor Hugo Assmann (AGEN, 21/05/88).

“A IGREJA E A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA”

Vai acontecer nos dias 16 e 17 de julho em Santa Cruz do Sul (RS) a Consulta sobre a Igreja e a Pessoa Portadora de Deficiência. O encontro, de âmbito luterano, pretende discutir o que a Igreja tem feito e o que deve fazer nessa área, além de procurar coordenar os seus serviços. Essa consulta é conseqüência da primeira realizada entre as três Américas no Uruguai, promovida pelo CMI, e também preparação para a reflexão a ser desenvolvida na 8ª Assembléia Mundial da Federação Luterana Mundial em 1990, no Brasil.

ENTIDADES ATACAM VIOLÊNCIA POLICIAL EM AÇÃO CONJUNTA

A Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH) e um conjunto de entidades, entre elas a Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de Belém, criaram um "pool" para combater a violência no Pará, sobretudo a violência policial, que tem aumentado nos últimos anos. A primeira atividade do "pool", foi a impetração de uma representação criminal contra seis policiais acusados de terem seqüestrado, torturado e assassinado Sideni Pires da Costa, 20 anos, no dia 27 de julho de 1987. Segundo a pastora luterana Marga Rothe, presidente da SPDDH, a violência policial tem-se tornado moeda corrente em Belém, onde os bairros mais pobres são os mais visados pela repressão. De acordo com ela, há listas de pessoas "juradas de morte". O "pool" de entidades também integrará uma mobilização nacional que está sendo articulada, de busca dos desaparecidos no massacre de Serra Pelada, dia 29 de dezembro de 1987, quando, oficialmente, foram mortos três garimpeiros. Segundo vários testemunhos, no entanto, os mortos podem ter sido mais de cem (Informação IECLB, abril/88).

LUTERANOS PROCESSADOS PELA UDR

A União Democrática Ruralista (UDR), regional de São Miguel do Oeste (SC), através de seu presidente, Valmor Bressan, impetrou queixa-crime por "calúnia e difamação", contra seis membros da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) que moram e trabalham na cidade, entre eles o pastor Wálter Alberto Kempin. O motivo da queixa-crime é um manifesto que a Pastoral Popular Luterana (PPL) de São Miguel do Oeste divulgou, em novembro do ano passado, sob o título "A fé nos leva a denunciar as forças anticristãs em nossa sociedade". No manifesto, a PPL cita a criação, então recente, da regional da UDR na cidade e afirma que "a UDR fez e faz intensa propaganda de que sua entidade é democrática e justa. Fazendo isto apenas para iludir pequenos e médios agricultores que ainda trabalham diretamente na terra. Assim como também querem conquistar a opinião pública, para que esta deixe de pensar que a UDR é uma entidade assassina a nível nacional". Os luteranos intimados acentuaram que, de sua parte, não aceitarão a conciliação, "pois nossas afirmações e trabalhos são fundamentados em dados concretos" (AGEN, 12/05/88).

TITUINTE CONSTITUINTE CONSTITUINTE

LYSÂNEAS MACIEL CRITICA ATUAÇÃO DOS DEPUTADOS EVANGÉLICOS

"Essa bancada evangélica não existe". A afirmação é do deputado evangélico Lysâneas Maciel (PDT-RJ), da Igreja Cristã de Confissão Reformada. Lysâneas disse que o que existe é um grupo de muitos conservadores, "sobretudo ligados à Assembléia de Deus", que tenta criar a imagem de que é bancada, mas na verdade funciona como linha auxiliar do governo. O deputado carioca denunciou distribuição de verbas, de empregos e de favores aos "evangélicos" numa clara cooptação por parte do governo. "É preciso que os fiéis façam hoje uma análise profunda, rápida e urgente da atuação daqueles que se dizem seus representantes", disse Lysâneas. O deputado lembrou ainda que esse grupo reacionário "abandonou a missão profética (se é que teve algum dia) e se agarrou à parte sacerdotal", disse. Lem-

PASTOR PRESBITERIANO É MESTRE EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Com a tese intitulada "Por uma eclesiologia militante: ISAL como nascedouro de uma nova eclesiologia para a América Latina", o Rev. José Bittencourt Filho, pastor da Igreja Presbiteriana Unida (IPU) no Rio de Janeiro e membro do Programa de Assessoria à Pastoral Protestante do CEDI, recebeu o título de Mestre em Ciências da Religião, conferi-

brando que cada dia cresce a corrente "eletrônica" entre os evangélicos da Constituinte, Lysâneas condenou o "requisitado anticomunismo" de muitos desses representantes. Para ele, essa bancada justificou o apoio ao Centrão como só para mudar o Regimento da Constituinte. "Agora está provado que esse apoio serve para permitir manobras como essas ocorridas na votação da reforma agrária" (Aconteceu, 14-20/05/88).

DEPUTADOS EVANGÉLICOS QUE VOTARAM A FAVOR DOS CINCO ANOS PARA SARNEY

Do grupo de 33 deputados evangélicos da Constituinte, 25 votaram a favor do mandato de cinco anos para o presidente Sarney e somente 8 votaram contra. Os votantes favoráveis foram: Antonio de Jesus (PMDB-GO, Assembléia de Deus),

do pelo Centro de Pós-Graduação do Instituto Metodista de Ensino Superior — São Paulo. A defesa da tese aconteceu no dia 10 de junho em São Paulo, sendo examinada pelos Doutores Antônio Gouveia de Mendonça, Rubem Alves e Zwinglio Mota Dias. José Bittencourt Filho obteve a nota máxima.

ISAL (Igreja e Sociedade na América Latina) foi um movimento originário de produções de pensamentos que atingiu seu auge na década de 60 e que representou uma grande contribuição à teologia e sociologia latino-americana.

Assembléia de Deus exclui Jimmy Swaggart

Jimmy Swaggart não mais pertence à Assembléia de Deus. Ele foi excluído por decisão do Presbitério Executivo da Assembléia de Deus nos Estados Unidos por não concordar em se submeter às determinações a ele impostas em decorrência do escândalo que o envolveu no início do ano. Depois de confessar publicamente seu erro, os líderes da Igreja suspenderam-no do pastorado durante dois anos, além de comporem uma Comissão para acompanhá-lo e supervisioná-lo naquele período. Ele, no entanto, recusou-se a aceitar a punição e prometeu que iria recomeçar seu ministério e pregação, com ou sem a aprovação da Igreja. Segundo nota da Comissão Executiva do grupo dos missionários norte-americanos residentes

no Brasil, "os pecados recentes de pastores pentecostais de grandes destaques têm causado mais descrédito, danos e injúria à fé pentecostal histórica do que qualquer outra coisa desde o início do movimento pentecostal. Jimmy Swaggart foi excluído por desrespeitar o Corpo de Cristo e a Palavra de Deus". A Mesa Diretora da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil, em nota oficial, declarou que, "solidária 100% com as decisões disciplinares acima expostas (do Presbitério Executivo da Assembléia de Deus nos Estados Unidos), ter cassado para todos os efeitos de direito de fato, o título de membro honorário por ela outorgado ao ex-pastor Jimmy Swaggart" (Mensagem da Paz, maio/88).

CONSTITUINTE CONSTITUINTE CC

Arolde de Oliveira (PFL-RJ, Batista), Costa Ferreira (PFL-MA, Assembléia de Deus), Daso Coimbra (PMDB-RJ, Congregacional), Eliel Rodrigues (PMDB-PA, Assembléia de Deus), Enoc Vieira (PFL-MA, Batista), Eraldo Tinoco (PFL-BA, Batista), Eunice Michiles (PFL-AM, Adventista), Fausto Rocha (PFL-SP, Batista), Gidel Dantas (PMDB-CE, Batista), João de Deus Antunes (PDT-RS, Assembléia de Deus), José Vianna Alves (PMDB-RO, Assembléia de Deus), Levi Dias (PFL-MS, Presbiteriana Independente), Luiz Soyer (PMDB-GO), Manoel Moreira (PMDB-SP, Assembléia de Deus), Mário de Oliveira (PMDB-MG, Evangélica Quadrangular), Matheus Iensen (PMDB-PR), Milton Barbosa (PMDB-BA, Assembléia de Deus), Naphtali Alves (PMDB-GO, Igreja Cristã Evangélica), Orlando Pacheco (PMDB-SC, Assembléia de Deus), Roberto Jeferson (PTB-RJ, Igreja Universal do Reino de Deus), Roberto Vital (PMDB-MG), Rubem Branquinho (PMDB-AC, Presbiteriana

na), Salatiel de Carvalho (PFL-PE, Assembléia de Deus), Sotero Cunha (PDC-RJ, Assembléia de Deus).

MATHEUS IENSEN — I

Do deputado evangélico Matheus Iensen (PMDB-PR), depois da aprovação da emenda, de sua autoria, que deu cinco anos para o presidente Sarney: "Quando eu fiz a emenda, o pessoal disseram que eu tava louco, que eu tava tendo visagem. Agora todo mundo viram que eu tinha razão" (sic). (FSP, 3/6/88)

MATHEUS IENSEN — II

Do mesmo Matheus Iensen, em tom de muita mágoa: "Fiz de tudo, estou até me arriscando a receber ovos quando desembarcar em Curitiba, e o presidente Sarney sequer me telefonou. Muito menos me convidou para a sua viagem a Nova York" (Painel FSP, 9/6/88).

CESEP PROMOVE II CURSO DE VERÃO

Estão abertas até o dia 15 de agosto as inscrições para o II Curso de Verão, que será realizado entre os dias 23 de janeiro a 04 de fevereiro de 1989 em São Paulo. O curso, promovido pelo Centro Eumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (CESEP), é de cunho ecumênico, massivo e nacional, e se destina a agentes de pastoral e dirigentes de comunidades. Seu objetivo é oferecer um espaço de estudo, aprofundamento e celebração para os participantes, no sentido de permitir-lhes maior clareza e unidade entre seu compromisso social e político e seu compromisso eclesial. Incluem-se entre as áreas principais do curso bíblia, teologia, pastoral e relação igreja/sociedade, coordenadas por teólogos e bibliístas, como Milton Schwantes, Leonardo Boff. Outras informações podem ser obtidas na sede do CESEP — Rua Martiniano de Carvalho, 114, Bela Vista, São Paulo — ou pelo telefone (011) 289-6660.

"NENHUM VÍNCULO COM A 'CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL'", AFIRMA BISPO METODISTA

Em nota oficial do Colégio dos Bispos da Igreja Metodista, o bispo Adriel de Souza Maia declarou que a Igreja "deixou de fazer parte da entidade denominada Con-

federação Evangélica do Brasil, por entender que ela não mais representa os interesses do povo evangélico brasileiro". Segundo a declaração oficial, a Igreja não tem nenhum vínculo com a 'Confederação', "sendo que qualquer um dos membros, clérigo ou leigo, com ela relacionado, o faz em seu nome particular, sem qualquer representação oficial da Igreja Metodista". A nota conclui reafirmando a filiação da Igreja Metodista ao Conselho Nacional de Igrejas Cristãs no Brasil (CONIC) e à Coodenadoria Eumênica de Serviços (CESE). (Expositor Cristão, maio/88).

Deputado evangélico, autor da emenda de cinco anos para Sarney, recebe críticas da Igreja

Depois do resultado da emenda que deu cinco anos de mandato ao presidente José Sarney, seu autor, deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), recebeu concessão para instalar em Curitiba a "Rádio Novas de Paz", terceira emissora de propriedade de sua família. Mas, se conseguiu agradar ao Planalto, Iensen está caindo em desgraça junto à comunidade evangélica que o elegeu. A convenção estadual dos pastores está se preparando para realizar uma ampla consulta entre 300 mil evangélicos do Paraná para avaliar sua atuação na Constituinte. "Esta rádio estava prometida para a Igreja Evangélica,

EM DEFESA DO MINISTÉRIO PASTORAL FEMININO

Em mensagem no Dia de Pentecostes, 141 bispos anglicanos da Austrália, Brasil, Canadá, África Central, Inglaterra, Oriente Médio, Nova Zelândia, Escócia, Espanha, Sudão, Uganda, Estados Unidos, Burundi, Ruanda e Zaire reafirmaram a importância da ordenação de mulheres no ministério pastoral. O documento, de iniciativa de três bispos ingleses, respondeu à mensagem de Quarta-Feira de Cinzas em que 52 bispos anglicanos de diversos países se colocaram contra tal ordenação, e destacou a ordenação de mulheres como sendo "vital para a missão da Igreja" e "um desenvolvimento natural para seus ministérios". Atualmente existem centenas de mulheres que exercem o trabalho pastoral em diversas partes do mundo (ESP, 26-3/05/88).

IGREJAS EVANGÉLICAS DISCUTEM O RACISMO

Com o objetivo de debater a situação do negro nas Igrejas e na sociedade, foi realizado em Salvador (BA) nos dias 21 e 22 de maio o 1º Encontro Evangélico sobre o Negro, reunindo membros das Igrejas Metodista, Luterana, Batista, Presbiteriana e várias Pentecostais. Entre os palestrantes, esteve o pastor metodista Antonio Olimpio de Santana, coordenador da Comissão de Combate ao Racismo do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs no Brasil (CONIC) e da Comissão do Centenário da Abolição do Ministério da Cultura. Segundo ele, "a Abolição da Escravatura foi a libertação econômica do branco, que deixou de ter a responsabilidade de manter os negros nas senzalas e continuou usufruindo de seu trabalho por salários irrisórios".

mas acabou nas mãos do Matheus por causa da emenda dos cinco anos", acusa o deputado estadual José Felinto (PMDB). Reunidos semana passada em Curitiba, os pastores evangélicos deixaram claro que agora não querem nem doações da rádio à igreja. "Não vamos aceitar nada obtido através de favores", afirma o pastor Daniel Accioly. Iensen já era dono da Rádio Marumbi, em Curitiba, e da Rádio Diário da Manhã, em Florianópolis. A última concessão foi publicada no Diário Oficial da União, decreto nº 96.147, uma semana após a votação do mandato de Sarney (JB, 20/06/88).

DIOCESE DE DUQUE DE CAXIAS CONVOCA PARA 7º ENCONTRO DAS CEBs

O bispo de Duque de Caxias (RJ), D. Mauro Morelli, publicou carta dirigida às comunidades de sua diocese e "às Igrejas-Irmãs" de todo o país, convocando a realização do 7º Encontro Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base, nessa cidade da Baixada Fluminense, em junho de 1989. Na carta, d. Mauro Morelli destaca que o 7º Encontro Nacional das CEBs, a ser realizado no ano do centenário da Proclamação da República, "será marcado pela situação de marginalização da Baixada Fluminense, onde predominam a população de raça negra e os retirantes ou migrantes expulsos da terra pelo 'milagre brasileiro'". O bispo ressalta ainda que "a situação da América Latina, sufocada pela miséria e estrangulada pela dívida externa, após cinco séculos de 'evangelização', certamente questiona a nossa própria latino-americanidade. Índios, negros, mestiços e brancos, somos e queremos ser: 'O povo da América Latina a caminho da libertação!'". A Comissão Central do 7º Encontro Intereclesial das CEBs propôs como temário o aprofundamento das dimensões urbana, ecumênica, cultural, política e latino-americana na vida das CEBs. Além de leigos e religiosos católicos, d. Mauro Morelli convidou para integrar a Comissão Central representantes de Igrejas Evangélicas, como Metodista, Presbiteriana e Luterana (AGEN, 02/06/88).

CATÓLICOS E LUTERANOS BUSCAM UNIDADE CRISTÃ

A Federação Luterana Mundial e o Secretariado para a Unidade dos Cristãos, da Santa Sé, acertaram a realização de encontros regulares entre si no futuro, além da formação de um grupo de trabalho que se ocupará da elaboração de documentos a serem estudados a nível comunitário. Esta foi uma das conclusões do recente encontro entre as duas denominações cristãs, quando da visita da Federação Luterana Mundial (FLM) ao Vaticano, encabeçada pelo seu Bispo Joannes Halselman. A ampliação do diálogo católico-luterano foi constatado como uma realidade hoje, existindo um clima ecumênico favorável. A partir da produção de documentos pela Comissão Mista Evangélica Luterana-Católica Romana, concluíram que para o bom desenvolvimento das relações entre as duas confissões, o tratamento conjunto deveria ser ampliado, incluindo também questões de cunho moral e social de alcance para todos os cristãos (Aconteceu, junho/88).

IGREJA METODISTA REPUDIA MASSACRE DOS ÍNDIOS TIKUNAS

A Igreja Metodista — Segunda Região Eclesiástica — situada no sul do país, enviou uma mensagem ao Ministro da Justiça, Paulo Brossard, na qual repudia o massacre dos 12 índios tikuna, fato ocorrido no mês de março no interior do Amazonas. "É intolerável qualquer tipo de violência e injustiça no Brasil, cujo povo aspira por situações de liberdade, solidariedade e respeito à vida plena de todos", diz a carta enviada no último dia 17 de abril e assinada, entre outros, pelo bispo da região, Isac Alberto Rodrigues Aço. O documento termina solicitando "medidas urgentes da parte do Ministro, preservando o direito de reunião na busca de soluções pacíficas que preservem o direito do uso da terra, sem que os participantes sofram violência e assassinatos" (Contexto, maio/88).

CRISTÃOS DEBATEM DIACONIA POLÍTICA

Num projeto da Secretaria da Diaconia da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, realizou-se em São Paulo no dia 7 de maio o 1º Encontro de Diaconia Política, que abordou o tema "O cristão e a participação política". O encontro se desenvolveu a partir da opção preferencial pelos pobres e marginalizados, refletindo sobre as condições subumanas em que vive o povo brasileiro. Teve também como princípios levar a IPI à iniciação filosófica e teológica do pensamento político e a analisar formas de participação política e maneiras de fazer política. Embora o encontro fosse promovido e dirigido especialmente à comunidade Presbiteriana Independente, havia observadores das Igrejas Metodista, Episcopal, Batista, Presbiteriana Unida e Congregação Cristã do Brasil. As palestras foram dirigidas pelo reverendo Elias Abraão, da IPI de Curitiba, que falou sobre "A Participação Política e a Bíblia"; o Suplente de Senador e Ex-Secretário da Educação do Espírito Santo, reverendo Joaquim Beato, da IPU, que falou sobre a "Perspectiva de Brasil"; e o Rev.º José Bittencourt Filho, da IPU do Rio de Janeiro, que abordou o tema "Igreja e Participação Política". Após os debates, houve um painel com a participação dos Deputados Federais Constituintes Benedita da Silva (PT-RJ), Fausto Rocha (PFL-SP), Lysâneas Maciel (PDT-RJ), o Prefeito de Osasco, SP, Sr. Humberto Carlos Parro, do PMDB, e a Vereadora em Carpina, PE, Sônia Jay Wright, do PCB, sendo todos cristãos evangélicos (AGEN, 19/05/88).

LÍDER RURAL ASSASSINADO POR DEFENDER POSSEIROS

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio (RJ), Sebastião Lan, foi assassinado por dois homens quando estava em frente à Fazenda Campos Novos, onde era posseiro. Sebastião tinha audiência marcada para o dia 8 de junho com o Ministro da Reforma Agrária, Jader Barbalho, em Brasília. Há três meses vinha denunciando que recebia constantes ameaças de morte, por defender a desapropriação de terras ocupadas por posseiros na zona de Cabo Frio e São Pedro d'Aldeia — região dos lagos no Estado. No atentado, que está sendo atribuído a pessoas ligadas à UDR fluminense, os criminosos levaram uma pasta em que Lan guardava documentos sobre violência contra posseiros. A Comissão Pastoral da Terra do Estado do Rio divulgou nota criticando a omissão das autoridades, que tem possibilitado o aumento da violência e a existência destes crimes. Ela responsabiliza o Governo Federal por assistir passivamente a invasão, por grileiros, das terras desapropriadas; a Justiça Federal, por não ter executado a liminar despejando os grileiros da Fazenda Campos Novos; e o governo do Estado por ter se mantido omissos diante das ameaças contra Sebastião Lan (Aconteceu, junho/88).

JOVENS METODISTAS DENUNCIAM INJUSTIÇAS E REIVINDICAM MUDANÇAS NA IGREJA E NO PAÍS

Aproximadamente 300 jovens de todo o país se reuniram em Telêmaco Borba (PR) no V Encontro Nacional de Jovens Metodistas. Ao final do encontro, redigiram um documento oficial denunciando uma série de injustiças que vêm sendo cometidas ao povo brasileiro: "o descaso do governo para com a educação, ao desejar sua privatização", "a ação diabólica da UDR, a qual colabora para a manutenção da miséria na cidade e no campo", "os prejuízos causados à natureza, que provocam um profundo desequilíbrio ecológico ameaçador à vida", entre outros. Ao mesmo tempo, os jovens reclamaram uma postura mais firme da Igreja, no sentido de somar esforços para a solução dos grandes problemas do país — reforma agrária, educação, saúde e ecologia. Segundo a nota, os jovens "afirmam este compromisso, dispondo-se a uma prática ativa na Igreja e no mundo, visando uma sociedade mais igualitária, sinalizando o Reino de Deus aqui e agora" (Boletim Vida e Missão, abril/88).

Consejo Latinoamericano de Iglesias
Conselho Latino Americano de Igrejas
Secretário Regional para o Brasil
Rev. Sérgio Marcus Pinto Lopes
Caixa Postal 55202/04799 - São Paulo, SP

 **DESTACA**

• **Assembléia comemora Dia do Arrependimento**

Às 6h30min de cada dia da II Assembléia Geral do CLAI deverá haver um culto, em jejum, com celebração da Santa Ceia, a cargo das famílias confessionais (reformados, luteranos, anglicanos, etc.) presentes em Indaiatuba. Na manhã do dia 30 de outubro, no entanto, a adoração ficará a cargo de índios e negros, representantes das Igrejas e organizações associadas ao CLAI. Este dia, como já o noticiamos anteriormente, deverá ser considerado pela Assembléia como Dia do Arrependimento, um sinal que o CLAI lança, no quadro da opressão que estes grupos têm sofrido no continente, de que os cristãos estão solidários com sua luta. Esta comemoração será tão mais importante, à luz da próxima comemoração dos 500 anos de evangelização da América Latina e dos 100 anos da lei de abolição da escravidão no Brasil.

A Secretaria Regional está elaborando uma leitura responsiva ou litania, que estará à disposição de pastores, pastoras e líderes cristãos em geral, para uso nos cultos e celebrações das igrejas e comunidades brasileiras nesse dia, a fim de que a comemoração, que ocorrerá em Indaiatuba, possa ter também o seu eco em todo o Brasil.

Quem estiver interessado em receber um exemplar deste material litúrgico poderá solicitá-lo à Secretaria Regional, endereço acima.

• **Juan Damián volta ao Brasil**

Atendendo a solicitação do Seminário Metodista Cesar Dacorso Filho, Juan Damián, Secretário do Serviço de Evangelização do CLAI, retornou ao Brasil, para realizar duas Dinâmicas Formativas em Evangelização, com comunidades metodistas no Rio de Janeiro. Embora pertencendo à Igreja Metodista, o Seminário tem um aluno e um corpo de professores composto de pessoas de várias Igrejas. As Dinâmicas Formativas em Evangelização, criadas por Damián, se caracterizam por uma análise das práticas de evangelização desenvolvidas pelos participantes desde uma perspectiva ecumênica e vistas, através de um estudo bíblico, à luz da maneira como Jesus Cristo se relacionava com as pessoas a quem ele mesmo anunciava o Reino de Deus. Juan já recebeu convite para regressar ao Brasil em 1989, para programas semelhantes em Recife e Fortaleza.

• **Gramado hospeda Seminário de Educação Cristã**

Realizou-se na Casa da Juventude, em Gramado, RS, nos dias 3 a 5 de junho, um Seminário sobre Educação Cristã, focalizando o trabalho da educação religiosa com crianças e adolescentes, nas igrejas e nas escolas de 1º

grau, incluindo toda a questão da formação de agentes ou professores/as e a preparação de material. Este Seminário foi promovido pela Comissão Evangélica Latino-Americana de Educação Cristã — CELADEC — e contou com a participação de pessoas envolvidas nestas áreas e designadas em sua maioria por Igrejas e organizações cristãs. Sua realização se insere em uma linha de programas projetados para o ano de 1988 e solicitados por uma Consulta realizada em fins do ano passado em São Paulo, por este organismo ecumênico latino-americano, em um processo de retomada de suas atividades. CELADEC é um Membro Associado do CLAI e a renovação interna do organismo e redirecionamento de suas linhas de ação têm recebido do Conselho todo o seu apoio. A Secretaria Regional para o Brasil acompanhou a realização do Seminário, colaborando com o mesmo na consecução de seus objetivos, na linha do processo de implantação do novo modelo da Comissão no continente. CELADEC ainda não tem membros no Brasil mas tem recebido várias consultas nesta direção, incluindo dois pedidos oficiais de afiliação. Interessados em conhecer melhor a entidade poderão contatar em São Paulo com Laan Mendes de Barros (Rua Edison, 1288, casa 2, São Paulo, 04618) e em São Leopoldo a Remi Klein (Departamento de Catequese da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Caixa Postal 14, São Leopoldo, RS, 93001).

• **Comissões da Assembléia se reúnem para coordenar suas ações**

As dez comissões de preparação da II Assembléia do CLAI reuniram-se para coordenar seu trabalho no Centro de Reuniões do Instituto Metodista, na Chácara Flora, em São Paulo, no dia 11 de junho. As Comissões estão integradas por 60 pessoas, todas voluntárias, pertencentes às Igrejas e Membros Fraternalistas do CLAI no Brasil, a grande maioria delas de São Paulo. A reunião serviu para que as pessoas se conhecessem e se entrosassem, visando a maior eficiência em seu trabalho. A descrição do trabalho de cada uma permitiu que as outras tivessem uma visão do conjunto em ação, esclareceu dúvidas existentes, mostrou áreas que precisam ser ainda cobertas por alguma comissão e, além disso, permitiu a oportunidade de todos verificarem onde havia uma superposição de responsabilidades, aclarando-se quem ficaria responsável por que coisa. As Comissões deverão dar continuidade a seu trabalho, prevendo-se mais uma reunião geral das mesmas, a ocorrer desta vez em Itaipó, o próprio local da Assembléia, no dia 7 de setembro vindouro.

última página

Presença indígena garante vitória na Constituinte

Pela primeira vez em toda sua história, o Brasil terá uma Constituição que deverá tratar os povos indígenas sem o intuito de incorporá-los coercitivamente à sociedade envolvente. Conforme o texto do Capítulo dos índios aprovado a 1º de junho pela Assembléia Nacional Constituinte, com 497 votos favoráveis, cinco contra e dez abstenções, caberá à União não mais "incorporá-los à comunidade nacional", como em Constituições anteriores, mas simplesmente protegê-los.

Vitória dos índios que, se não conseguiram que a nova Carta os reconhecesse como nações, pelo menos lograram ver fora o artigo 271 do Projeto de Constituição que os distinguia entre aculturados e não-aculturados. O texto aprovado foi resultado de longas negociações entre lideranças partidárias, e só se garantiram as conquistas em virtude da presença, durante as negociações, de quase 200 lideranças de aproximadamente 30 nações indígenas de todo o país. O texto mostrou também que o resultado seria diferente se, no decorrer do processo constituinte, não tivesse sido apresentadas propostas bem mais avançadas do que foi possível aprovar.

Com a nova Constituição, a própria política governamental para com os povos indígenas deixa de ser determinada exclusivamente pelo Executivo, como reza a legislação atual, exigindo agora a participação ativa do Poder Legislativo. A construção em áreas indígenas, por exemplo, de usinas hidrelétricas, ocorrerá somente após a autorização do Congresso Nacional e a comunidade a ser atingida ter sido ouvida. Igualmente, será o Congresso Nacional quem aprovará ou não a pesquisa e lavra de riquezas minerais localizadas em terras indígenas. No dia 28 de abril, a Assembléia Nacional Constituinte já havia nacionalizado a minera-

ção em todo o território nacional, estipulando ainda que a lei deverá regulamentar a atividade minerária em terras indígenas e na faixa de fronteira.

Quanto à remoção de grupos indígenas de suas terras, seja qual for o motivo, só poderá ocorrer também com a aprovação do Congresso Nacional, e fica garantido à comunidade o retorno à área.

Um outro dispositivo aprovado, o artigo 270, faz com que o Ministério Público assumira uma responsabilidade até então inédita: o acompanhamento em todos os processos no Judiciário que envolva interesses indígenas. O que não impede que qualquer comunidade ou organização indígena ingresse em juízo sem a participação obrigatória de um órgão federal e do Ministério Público, como constava do Projeto de Constituição.

Em relação à terra, reconheceu-se que são originários os direitos dos índios sobre ela, incluídas aquelas necessárias à sua reprodução física e cultural.

Mas a luta dos índios não termina com a Nova Constituição. Vários dos dispositivos aprovados deverão ainda ser regulamentados em leis posteriores, exigindo novamente a presença deles em Brasília. Até lá, há o que se comemorar. Afinal, há tempos os povos indígenas no país não obtinham uma vitória como essa, tantos eram os decretos, portarias em decisões do governo que em nada os ajudavam; pelo contrário, os empurravam para a extinção.

Nota oficial do Conselho Indigenista Missionário (CI-MI), órgão da CNBB.